Estratégia
CONCURSOS

Aul

Passo Estratégico de Contabilidade Geral e Avançada p/ SEFAZ-GO (Auditor Fiscal) - Pós-Edital

Professor: Equipe Luis Eduardo e Rafael Barbosa, Luis Eduardo, Rafael Barbosa

Apresentação do curso. 1. Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro aprovado pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). (Conceitos inicias de Contabilidade Geral: objeto, objetivo, finalidade e funções da contabilidade e princípios de contabilidade).

Introdução 1
Checklist de Estudo 13
Pontos de Destaque 14-25
Questionário de Revisão 26-27
Análise das Questões 28-35
Considerações Finais 36
Anexo I - Análise Estatística 37-41
FCC nos últimos 5 anos.....37-39
Auditor Fiscal do ICMS-GO nos últimos 10 anos.....40-41
Conclusão da Análise Estatística.....41
Anexo II - Lista das Questões 42-45

Introdução

Fala, nobre concurseiro! Tudo bem com você?

Eu me chamo Luis Eduardo, Auditor Fiscal do Estado de São Paulo, e divido este trabalho com Rafael Barbosa, Auditor Fiscal do Estado de Pernambuco. Fazemos parte da equipe de *coaches* aqui do Estratégia Concursos e faremos esse curso a quatro mãos.

É comum encontrar um de nós falando sobre técnicas de estudo ou sobre motivação em webinários ou nas nossas redes sociais, mas hoje estamos

aqui para apresentar a vocês o primeiro Relatório de Contabilidade Geral e Avançada para o concurso de **Auditor Fiscal do ICMS-GO**.

Umas das maiores dificuldades dos concurseiros é saber "pescar", na grande enxurrada de informações, apenas aquelas que retornarão, com minimizado esforço, os maiores benefícios para a sua preparação.

O projeto "Passo Estratégico" tem justamente o objetivo de "filtrar" os assuntos mais recorrentes e indicar onde você deve concentrar suas energias, encurtando o seu caminho até a aprovação.

E, para te mostrar a importância deste material, queremos iniciar este relatório contando um pouquinho das nossas trajetórias até a aprovação, beleza?

Trajetória Rafael Barbosa: Obtive minha primeira aprovação em concursos (para nível médio) aos 17 anos, fui aprovado no concurso da EsSA (Sargento do Exército Brasileiro).

Foi meu primeiro cargo público (e meu primeiro emprego também). Como já tinha um cargo de nível médio (e não pretendia ser militar por muito tempo), fiz vestibular para a Universidade de Brasília-UnB (Ciências Contábeis), já pensando em fazer outros concursos.

Sempre tive o objetivo de ser Auditor Fiscal, mas, por questões de estratégia, resolvi primeiro ocupar um cargo melhor (de nível superior), para depois focar na área fiscal.

Tive então dois momentos como concurseiro:

- de setembro de 2009 a novembro de 2010 (primeiro passo); e

- de janeiro de 2013 a setembro de 2014 (segundo passo).

No primeiro momento, eu trabalhava 6 horas e fazia faculdade, isso mesmo, comecei a fazer concurso de nível superior ainda na graduação. Fiz diversas provas e passei em 5 (Analista de Planejamento da SEPLAG-PE, Analista da SAD-PE, Analista do MTUR, Analista da DPU e Analista judiciário do TRT-RN (todos no ano de 2010). Escolhi o último e fui curtir um pouco de "descanso" em Natal/RN.

Enquanto trabalhava no TRT-RN, ocupando também um cargo comissionado (Secretário de Planejamento) e lecionando na UFRN, decidi ser auditor, que foi o meu segundo momento como concurseiro.

Iniciei então os estudos para a área fiscal. Meu maior objetivo era a SEFAZ-PE, que havia 22 anos que não fazia seleção (esse concurso tava virando lenda urbana rsrsr).

No caminho para a SEFAZ-PE, levando em conta que ele poderia não sair, fiz muitos concursos e passei em alguns: Auditor da CGE-CE, Auditor da CGE-MA e Auditor do TCE-BA. Mas, por questões de logística, não assumi nenhum deles.

Aí a lenda (SEFAZ-PE) virou realidade em julho de 2014 e, de "brinde", ainda saiu o ISS Recife coladinho. Me inscrevi nos dois, como um bom concurseiro destemido. Pra deixar tudo ainda mais radical, as provas foram aplicadas em finais de semana consecutivos.

Fiz primeiro a prova do ISS Recife, mas não fui bem em AFO, o que me jogou lá pra longe. Em seguida, no meio da depressão pós ISS Recife, fiz o do ICMS de Pernambuco e, com a graça de Deus, consegui a aprovação.

Durante todo esse caminho, percebi que eu não precisava saber de tudo, porque tem assuntos que sempre caem e outros que raramente eram cobrados. Aí cabia a mim perceber e identificar esses detalhes.

Isso fez toda a diferença no meu desempenho em provas, porque eu não gastava energia com coisas que eu sabia que não eram relevantes. E é justamente nesse ponto que o Passo Estratégico vai te ajudar, dando mais objetividade aos seus estudos.

Trajetória Luis Eduardo: Eu comecei a estudar para concursos em meados de 2009, após ter decidido pedir baixa da Escola Naval, que é uma instituição de nível superior da Marinha.

Então, como saí no meio do curso – e, portanto, sem o diploma -, comecei a estudar para concursos de nível médio. Meu plano era passar em algum concurso que me desse condições financeiras de me preparar bem para os concursos de nível superior.

Fui aprovado em alguns concursos e reprovados em outros! Entre eles, logrei êxito no BACEN (Banco Central) e no MPU (Ministério Público da União). Comecei a trabalhar no MPU em novembro de 2010. Fui lotado em uma das Procuradorias do Trabalho, ramo do Ministério Público do Trabalho, no Centro do Rio de Janeiro.

Naquele momento, então, eu estava ganhando um salário que me permitia fazer mais investimentos no meu estudo para os concursos de nível superior.

Logo, optei por me dedicar aos concursos públicos da **área fiscal**!

Quer saber porque eu escolhi a área fiscal? Acesse o link abaixo e dê uma olhadinha no artigo que eu escrevi sobre ***concursos fiscais****...*
https://www.estrategiaconcursos.com.br/blog/concursos-fiscais/

Após alguns meses de férias dos estudos e, então, após o carnaval de 2011, eu comecei a me preparar para a área fiscal. E, em menos de 2 semanas, eu já estava abismado com a quantidade de coisas que eu deveria estudar.

Para os concursos de nível médio que havia feito em 2009/2010, eu já sabia os pontos mais importantes, o que caía mais e o que não caía na prova, quais eram **as partes chatas que** – não tinha saída – **eu teria que decorar** e também quais eram os **assuntos complicados que eu poderia, até mesmo, nunca estudar** em virtude da pouca relevância.

Por mais que os livros, as aulas em vídeo e os cursos em pdf já buscassem dar uma boa perspectiva sobre a probabilidade de cobrança de cada assunto do ponto de vista do professor, ainda assim eu notava que **a percepção do concurseiro sobre o estudo em cada disciplina era importantíssima para guiá-lo nos estudos**.

Assim, logo que iniciei os meus estudos, eu ficava imaginando se não existia alguma possibilidade de **ter acesso ao ponto de vista de uma pessoa aprovada** nos concursos que eu queria fazer. Seria interessante saber como a experiência daquele aprovado na área fiscal **poderia me ajudar no planejamento dos meus estudos** (o que priorizar nos meus estudos, em quais assuntos não ficar se prendendo muito etc).

Apesar de hoje existir o **coaching para concursos**, que já busca orientar o aluno nesse sentido, o Passo Estratégico vem suprir essa

demanda de forma "documentada" e detalhada através desses relatórios. Além disso, temos a proposta de oferecer "**Análises Estatísticas**" e os "**Questionários de Revisão**", que serão excelentes ferramentas para repassar os pontos mais importantes da matéria de forma otimizada através de perguntas e respostas.

Eu sempre conto para os meus alunos do coaching o seguinte: quando eu comecei a estudar para a área fiscal, escolhi um material de Contabilidade Geral que era famoso na época. Comecei a estudá-lo e o começo fluiu bem. Entretanto, depois da 4ª ou 5ª aula, eu não conseguia avançar mais. Não estava entendendo nada e acabava não seguindo em frente. Optei então por substituir o material.

Com o segundo material, já iniciei bem, mas acabei ficando parado novamente naquele mesmo assunto que eu não tinha entendido através do primeiro material.

Finalmente, peguei um terceiro material e então as coisas seguiram muito bem, fui avançando e concluí o estudo da disciplina de Contabilidade Geral.

Após ter me tornado então um bom aluno na Contabilidade e de estar acertando vários exercícios, percebi que realmente o melhor material de estudo era o primeiro material que eu havia estudado. Era muito melhor do que os outros dois, tanto na didática quanto na profundidade dos assuntos, no comentário dos exercícios etc.

Entretanto, a minha percepção, enquanto aluno iniciante na disciplina, era que o melhor material havia sido aquele terceiro, que havia me feito, definitivamente, superar alguns assuntos e seguir adiante.

Aqui vejo, então, o problema de vários concurseiros, assim como foi o meu: **dificilmente conseguimos identificar corretamente as causas de nossas dificuldades no estudo e, consequentemente, como resolvê-las**.

A minha dificuldade naquele momento inicial era perceber que a Contabilidade Geral é realmente uma disciplina complicada para quem nunca estudou e que, portanto, diferentemente das disciplinas de direito que eu estava estudando, eu precisaria "quebrar mais a cabeça" para entender.

Logo, quando me deparei com aquela dificuldade na Contabilidade, eu tentava entendê-la melhor a qualquer custo (perdia 1h em 3 páginas) e isso impedia o meu avanço. O pior foi que acabei trocando de material várias vezes e atrasando o meu estudo. Além disso, o terceiro material que estudei, de fato, era o pior dos 3 materiais de Contabilidade que eu havia tentado estudar.

Parando para analisar posteriormente, reparei que eu só havia entendido a Contabilidade Geral pelo terceiro material pois, através dele, eu estava vendo novamente os assuntos pela terceira vez, o que acaba ajudando bastante na compreensão. Ou seja, o que me fez entender a matéria pelo terceiro material foi o fato de já ter visto a matéria várias vezes anteriormente.

Em resumo, através deste e dos demais relatórios, vamos apontar os seus esforços para a direção correta nos estudos, através da nossa experiência adquirida enquanto concurseiros. ;)

********** x **********

Cronograma do nosso Passo Estratégico para Auditor Fiscal do ICMS-GO:

Aula 00
Data: 29/06/2018
Assunto: Apresentação. 1. Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro aprovado pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

Aula 01
Data: 30/06/2018
Assunto: Aspectos Iniciais. 2. Patrimônio: componentes patrimoniais, ativo passivo e situação líquida. Equação fundamental do patrimônio. 3. Fatos contábeis e respectivas variações patrimoniais.

Aula 02
Data: 01/07/2018
Assunto: 4. Sistema de contas, contas patrimoniais e de resultado. Plano de contas. 5. Escrituração: conceito e métodos; partidas dobradas; lançamento contábil - rotina, fórmulas; processos de escrituração. 11. Balancete de verificação: conceito, forma, apresentação, finalidade, elaboração.

Aula 03
Data: 03/07/2018
Assunto: SIMULADO 1

Aula 04
Data: 04/07/2018
Assunto: 30. Balanço Patrimonial: obrigatoriedade, apresentação; conteúdo dos grupos e subgrupos. 29. Conjunto das Demonstrações Contábeis, obrigatoriedade de apresentação e elaboração de acordo com a Lei n. 6.404/76 e suas alterações e as Normas Brasileiras de Contabilidade atualizadas.

Aula 05
Data: 07/07/2018
Assunto: 8. Ativos: estrutura, grupamentos e classificações, conceitos, processos de avaliação, registros contábeis e evidenciações.

Aula 06
Data: 10/07/2018
Assunto: 9. Passivos: conceitos, estrutura e classificação, conteúdo das contas, processos de avaliação, registros contábeis e evidenciações. 10. Patrimônio líquido: capital social, adiantamentos para aumento de capital, ajustes de avaliação patrimonial, ações em tesouraria, prejuízos acumulados, reservas de capital e de lucros, cálculos, constituição, utilização, reversão, registros contábeis e formas de evidenciação.

Aula 07
Data: 12/07/2018
Assunto: SIMULADO 2

Aula 08
Data: 15/07/2018
Assunto: 6. Provisões Ativas e Passivas, tratamento das Contingências Ativas e Passivas.

Aula 09
Data: 17/07/2018
Assunto: 21. Operações financeiras ativas e passivas, tratamento contábil e cálculo das variações monetárias, das receitas e Despesas financeiras, empréstimos e financiamentos: apropriação de principal, juros transcorridos e a transcorrer e tratamento técnico dos ajustes a valor presente. 20. Operações de Duplicatas descontadas, cálculos e registros contábeis. [Parte1/2]

Aula 10
Data: 19/07/2018
Assunto: 21. Operações financeiras ativas e passivas, tratamento contábil e cálculo das variações monetárias, das receitas e Despesas financeiras, empréstimos e financiamentos: apropriação de principal, juros transcorridos e a transcorrer e tratamento técnico dos ajustes a valor presente. 20. Operações de Duplicatas descontadas, cálculos e registros contábeis. [Parte2/2]

Aula 11
Data: 21/07/2018
Assunto: SIMULADO 3

Aula 12
Data: 23/07/2018
Assunto: 7. Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro.

Aula 13
Data: 27/07/2018
Assunto: 18. Debêntures, conceito, avaliação e tratamento contábil. 19. Tratamento das partes beneficiárias.

Aula 14
Data: 31/07/2018
Assunto: 16. Tratamento das Depreciações, amortização e exaustão, conceitos, determinação da vida útil, forma de cálculo e registros. 17. Tratamentos de Reparo e conservação de bens do ativo, gastos de capital versus gastos do período. 12. Ganhos ou perdas de capital: alienação e baixa de itens do ativo.

Aula 15
Data: 02/08/2018
Assunto: SIMULADO 4

Aula 16
Data: 04/08/2018
Assunto: 24. Operações com mercadorias, fatores que alteram valores de compra e venda, forma de registro e apuração do custo das mercadorias ou dos serviços vendidos.

Aula 17
Data: 08/08/2018
Assunto: 25. Tratamento de operações de arrendamento mercantil. 22. Despesas antecipadas, receitas antecipadas.

Aula 18
Data: 12/08/2018

Assunto: 23. Folha de pagamentos: cálculos, tratamento de encargos e contabilização. 26. Ativo Não Circulante Mantido para Venda, Operação Descontinuada e Propriedade para Investimento, conceitos e tratamento contábil.

Aula 19
Data: 14/08/2018
Assunto: SIMULADO 5

Aula 20
Data: 18/08/2018
Assunto: 14. Apuração e tratamento contábil da mais valia, do goodwill e do deságio: cálculos, amortizações e forma de evidenciação.

Aula 21
Data: 21/08/2018
Assunto: 13. Tratamento das Participações Societárias, conceito de coligadas e controladas, definição de influência significativa, métodos de avaliação, cálculos, apuração do resultado de equivalência patrimonial, tratamento dos lucros não realizados, recebimento de lucros ou dividendos de coligadas e controladas, contabilização.

Aula 22
Data: 25/08/2018
Assunto: 15. Redução ao valor recuperável, mensuração, registro contábil, reversão.

Aula 23
- **Data:** 27/08/2018
Assunto: SIMULADO 6

Aula 24
Data: 29/08/2018
Assunto: 31. Demonstração do Resultado do Exercício, estrutura, evidenciação, características e elaboração. 32. Apuração da receita líquida, do lucro bruto e do resultado do exercício, antes e depois da provisão para o Imposto sobre Renda, contribuição social e participações.

Aula 25
Data: 02/09/2018
Assunto: 33. Demonstração do Resultado Abrangente, conceito, conteúdo e forma de apresentação. Demonstração do Valor Adicionado – DVA: conceito, forma de apresentação e elaboração.

Aula 26
Data: 05/09/2018
Assunto: 34. Demonstração de Mutações do Patrimônio Líquido, conceitos envolvidos, forma de apresentação e conteúdo. 28. Apuração do Resultado, incorporação e distribuição do resultado, compensação de prejuízos, tratamento dos dividendos e juros sobre capital próprio, transferência do lucro líquido para reservas, forma de cálculo, utilização e reversão de Reservas.

Aula 27
Data: 07/09/2018
Assunto: SIMULADO 7

Aula 28
Data: 10/09/2018
Assunto: 35. Demonstração do Fluxo de Caixa: obrigatoriedade de apresentação, conceitos, métodos de elaboração e forma de apresentação.

Aula 29
Data: 13/09/2018
Assunto: 27. Ativos Intangíveis, conceito, apropriação, forma de avaliação e registros contábeis. 37. Subvenção e Assistência Governamentais - conceitos, tratamento contábil, avaliação e evidenciação.

Aula 30
Data: 17/09/2018
Assunto: 38. Análise das Demonstrações. Análise horizontal e indicadores de evolução. Índices e quocientes financeiros de estrutura, liquidez, rentabilidade e econômicos.

Aula 31
Data: 19/09/2018
Assunto: SIMULADO 8

Ufa! Muita coisa, não é mesmo? Mas fique tranquilo que estamos aqui para tornar a sua vída mais fácil!

Neste primeiro relatório de Contabilidade Geral, vamos abordar os seguintes assuntos:

1. Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro aprovado pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). (Conceitos inicias de Contabilidade Geral: objeto, objetivo, finalidade e funções da contabilidade e princípios de contabilidade).

Atenção! Vale registrar que estamos diante de assuntos que praticamente não são cobrados em provas da FCC para carreiras fiscais, mas que **merecem atenção**, tendo em vista serem assuntos introdutórios, **úteis ao entendimento de toda a disciplina**.

Se você for um **concurseiro iniciante** e estiver começando o estudo na Contabilidade agora, **eu recomendo que estude o seu material** –

independente de qual seja (do Estratégia, de outro curso on line, em vídeo, livro ou até mesmo de curso presencial) – **com este relatório ao seu lado** (ou aberto no computador na sua frente ou no tablet).

Através do relatório, você vai ter acesso ao que é mais importante em cada assunto na sua prova. Isso vai te dar segurança na progressão dos seus estudos, e vai te ajudar a ter **mais atenção nos tópicos do seu material que os relatórios demonstrarem serem importantes**.
Entretanto, caso você seja um **concurseiro intermediário/avançado**, este relatório vai ajudá-lo de diversas maneiras:

1) Demonstrar **o que mais cai na prova** dentre tudo aquilo que você já estudou (vai te ajudar a estabelecer a **prioridade de revisão** de cada assunto na sua rotina);
2) **Revisar** os assuntos tratados no relatório **de maneira rápida** (através dos **questionários**); e
3) **Fazer um "controle de qualidade" dos seus resumos** (para que eles **abordem os assuntos mais relevantes** da sua prova).

Constará em cada relatório uma seção chamada **"Análise Estatística"**, onde **iremos demonstrar a ocorrência de cada assunto** em editais, provas e também no conjunto total de questões de Contabilidade Geral, Avançada e de Custos feitas pela banca.

Primeiramente, iremos **analisar a ocorrência** de cada um dos assuntos **com base nos últimos 5 anos de concursos da banca**. No entanto, para este concurso, ficará prejudicada a análise estatística **em relação aos últimos 10 anos de concursos do cargo**, tendo em vista que o último concurso para Auditor Fiscal do ICMS-GO foi realizado há 14 anos, organizado pela Universidade Estadual de Goiás (UEG).

Esperamos que, através deste relatório, você tenha as informações mais preciosas – e de forma objetiva – sobre o assunto abordado.

Agora vamos ao que interessa. Bons estudos!

Checklist de Estudo

1) É preciso saber os conceitos básicos da Contabilidade: objeto, objetivo, finalidade e funções da contabilidade.
2) Saiba reconhecer os usuários da contabilidade e suas respectivas necessidade de informações.
3) Revisar campo de atuação da contabilidade.
4) Não pode faltar na sua revisão: características qualitativas das demonstrações contábeis: fundamentais e de melhoria.
5) Revisar os Princípios de Contabilidade e sua relação com os CPCs.

Pontos de Destaque

Ponto #1	Conceitos Básicos da Contabilidade

De início, já quero deixar claro que os conceitos a seguir quase não são cobrados em questões da área fiscal, não diretamente. Mas professor, então porque devo perder tempo com isso? Calma, jovem, você não tá perdendo tempo algum. Esses conceitos são fundamentais ao bom entendimento da Ciência Contábil. Vamos estuda-los?

→ **Contabilidade** é a ciência que estuda e pratica as funções de **orientação, controle e registro** relativas à administração econômica. (1º Congresso Brasileiro de Contabilidade/1924)

Pode ser entendida como um **instrumento gerencial de tomada de decisão** e as informações obtidas nos registros contábeis permitem observar os **efeitos da administração sobre a formação e a distribuição do patrimônio**.

→ O **objeto** da contabilidade é o **patrimônio**. Por patrimônio, entenda o conjunto de **bens, direitos e obrigações da entidade.**

A ciência contábil possibilita à administração manter o **controle permanente do patrimônio da empresa**. São duas as **funções básicas** da contabilidade:

1. Função administrativa – está ligada à gerência e ao controle do patrimônio.
2. Função econômica – tem por objetivo a apuração do resultado das atividades econômicas, demonstrando lucros ou prejuízos para determinado exercício.

→ O **objetivo/finalidade** da contabilidade é fornecer informação aos seus usuários acerca da posição patrimonial das entidades.

Ponto #2	**Usuários da Contabilidade**

São considerados **usuários da contabilidade** as pessoas, físicas ou jurídicas, que tenham interesse em informações da entidade, utilizando-as para fins próprios, tais como:

a) Empregados – têm interesse em informações contábeis que sinalizem a capacidade de a entidade honrar suas obrigações patronais, como pagamento de salários e benefícios.

b) Investidores – fazem-se necessárias informações sobre a situação patrimonial e outras dela derivadas, como liquidez e rentabilidade, a fim de balizarem a tomada de decisão dos investidores na aquisição de títulos de uma determinada entidade.

c) Credores por Empréstimos – interessados em saber se a entidade terá condições de pagar as parcelas dos empréstimos e os juros correspondentes dentro do prazo de vencimento.

d) Fornecedores – necessitam de informações sobre a capacidade de pagamento de seus valores dentro do prazo de vencimento, o que poderá ser fundamental para a manutenção do fornecimento de produtos.

e) Clientes – apresentam interesse proporcional à dependência que os mesmos possuem em relação ao fornecimento concentrado de produtos por poucas entidades.

f) Governo – atuam de forma a garantir que o patrimônio seja controlado e registrado com obediência à legislação pertinente, de forma a não incorrerem erros nos cálculos dos tributos que deverão ser recolhidos.

Ponto #3	**Campo de Atuação**

O **campo de atuação** da ciência contábil abrange as entidades econômico-administrativas – aziendas – de direito público ou privado, independentemente da sua finalidade.

Aziendas são **entidades econômico-administrativas** que utilizam bens patrimoniais e necessitam de um órgão administrativo que pratica atos de natureza econômica necessários a seus fins, sejam eles econômicos ou sociais.

→ Classificação das aziendas:

Classificação das aziendas				
Quanto à sua finalidade			Quanto à sua propriedade	
Sociais	**Econômicas**	**Econômico-sociais**	**Públicas**	**Privadas**
São entidades que **não visam lucro** na execução de suas atividades. Exemplos: entidades beneficentes e instituições sem fins lucrativos de apoio à cultura.	A **finalidade é a obtenção de lucro**. Exemplos: sociedades comerciais e industriais.	São aquelas que, **além das finalidades sociais, visam também ao lucro**, com o objetivo de prestar serviços, pecúlios e benefícios às pessoas que contribuíram para sua formação.	Organismos onde se desenvolvem atividades com **o objetivo de administrar a coisa pública**, visando o bem estar comum de uma coletividade.	**Sociedades particulares** pertencentes a uma pessoa ou conjunto de pessoas.

Ponto #4	Características Qualitativas das Demonstrações Contábeis

As características qualitativas da informação contábil-financeira dividem-se em:

(a) características qualitativas **fundamentais**: relevância e representação fidedigna;

(b) características qualitativas **de melhoria**: comparabilidade, verificabilidade, tempestividade e compreensibilidade.

→ **Relevância**

Informação contábil-financeira relevante é aquela capaz de fazer diferença nas decisões que possam ser tomadas pelos usuários, podendo ter valor preditivo, valor confirmatório ou ambos.

> **Valor Preditivo:** dado de entrada/ prediz futuros resultados (emprego dado pelo usuário).
>
> **Valor Confirmatório:** serve de feedback.

Importante: a relevância das informações é afetada pela sua natureza (o que é) e materialidade (o quantum). Sendo que em alguns casos, a natureza das informações, por si só, é suficiente para determinar a sua relevância.

→ **Representação Fidedigna**

Para ser representação perfeitamente fidedigna, a realidade retratada precisa ter três atributos. Ela tem que ser completa, neutra e livre de erro (**quase perfeito** rsrsr).

Atenção! Lembre-se que a prudência é **incompatível** com a neutralidade.

Atenção2! A característica **essência sobre a forma** foi formalmente retirada da condição de componente separado da *representação fidedigna*, **por ser considerado isso uma redundância**. Em outras palavras, não existe representação fidedigna se não houver igualdade entre a forma legal e sua respectiva substância econômica.

→ **Comparabilidade**

Comparabilidade é a característica qualitativa que permite que os usuários identifiquem e compreendam similaridades dos itens e diferenças entre eles. Diferentemente de outras características qualitativas, **a comparabilidade não está relacionada com um único item**. A comparação **requer no mínimo dois itens**.

→ **Verificabilidade**

A verificabilidade significa que diferentes observadores, cônscios e independentes, **podem chegar a um consenso**, embora não cheguem necessariamente a um completo acordo, quanto ao **retrato de uma realidade econômica** em particular ser uma representação fidedigna.

→ **Tempestividade**

Significa ter informação disponível para tomadores de decisão a tempo de poder influenciá-los em suas decisões.

→ **Compreensibilidade**

As informações contidas nas demonstrações contábeis devem ser prontamente entendidas pelos seus usuários. Nesse sentido, presume-se que os usuários tenham um conhecimento razoável dos negócios, atividades econômicas e contabilidade e a disposição de estudar as informações com razoável diligência.

Atenção! Não se deve excluir das demonstrações contábeis informações complexas que possam influenciar a tomada de decisão, mesmo com a justificativa de que estas informações não sejam, de certa forma, compreensíveis a todos os usuários.

Ponto #5	Premissa Subjacente

De boa aí, pessoal? Esse assunto não cai muito em provas, então vamos ver apenas o que realmente interessa.

→ **Continuidade**

As demonstrações contábeis são normalmente preparadas no pressuposto de que a entidade continuará em operação no **futuro previsível.**

Se a entidade tiver a intenção ou necessidade de entrar em liquidação, as demonstrações contábeis terão que ser preparadas numa base diferente e, nesse caso, tal base **deverá ser divulgada**.

Tome nota: a continuidade da entidade influencia o valor econômico dos seus ativos e, em muitos casos, o valor e o vencimento de seus passivos.

Ponto #6	Princípios de Contabilidade x CPC 00

O CPC 00 – Estrutura Conceitual (NBC TSP EC), publicado no dia 4 de outubro de 2016, que revogou as resoluções do CFC que aprovaram as normas aplicáveis ao setor público - NBC T 16.1 a 16.5 -, parte da NBC T 16.6 e, ainda, a Resolução nº 750/1993 (Princípios de Contabilidade). Contudo, revogar a Resolução nº 750/1993 **não significa que os Princípios de Contabilidade estejam extintos**.

A revogação das resoluções teve como objetivo a unicidade conceitual, indispensável para evitar divergências na concepção doutrinária e teórica, que poderiam comprometer aspectos formais das Normas Brasileiras de Contabilidade (NBCs).

Dessa forma, vamos apresentar os principais conceitos dos seguintes Princípios de Contabilidade:

a) entidade;
b) continuidade;
c) oportunidade;
d) registro pelo valor original;
e) competência; e
f) prudência.

Atenção! Na aplicação dos Princípios de Contabilidade há situações concretas e a **essência das transações** deve prevalecer sobre seus aspectos formais.

PRINCÍPIO DA ENTIDADE:

Reconhece o patrimônio como objeto da Contabilidade e afirma a autonomia patrimonial (núcleo deste princípio da entidade).

Há, portanto, a necessidade da diferenciação de um Patrimônio particular no universo dos patrimônios existentes. O patrimônio da entidade não se confunde com aqueles dos seus sócios ou proprietários, no caso de sociedade ou instituição.

PRINCÍPIO DA CONTINUIDADE:

Pressupõe que a Entidade **continuará em operação no futuro** e, portanto, a mensuração e a apresentação dos componentes do patrimônio levam em conta esta circunstância.

Segundo este princípio, a avaliação das mutações patrimoniais deve considerar a hipótese de que, até que surjam evidências em contrário, a empresa continuará a operar indefinidamente no futuro.

A continuidade da entidade influencia o valor econômico dos seus ativos e, em muitos casos, o valor e o vencimento de seus passivos.

PRINCÍPIO DA OPORTUNIDADE:

Refere-se ao processo de mensuração e apresentação dos componentes patrimoniais para produzir informações **íntegras e tempestivas**.

Para este princípio, devem ser reconhecidas todas as variações patrimoniais sofridas, devendo ser lançadas no momento em que ocorrem.

O princípio da oportunidade apresenta duas dimensões, integridade e tempestividade, a saber:

I) Integridade refere-se à necessidade de as variações serem reconhecidas na sua totalidade, sem omissões ou excessos.

II) Tempestividade diz respeito ao momento do registro da variação patrimonial, devendo este ser efetuado no momento em que ocorre, mesmo na hipótese de alguma incerteza.

REGISTRO PELO VALOR ORIGINAL:

Determina que os componentes do patrimônio devem ser inicialmente registrados pelos valores originais das transações, **expressos em moeda nacional**.

Em outras palavras, este princípio estabelece que os itens patrimoniais devem ser registrados pelos valores originais das transações com o mundo exterior.

Os bens, direitos e obrigações devem ser registrados no patrimônio pelo seu custo histórico e suas variações (pois registrar pelo custo histórico não significa que os valores não possam sofrer alteração).

Os componentes do patrimônio, inicialmente registrados pelo seu custo histórico, podem sofrer variações decorrentes dos seguintes fatores:

I) Custo corrente. O registro dos ativos e passivos seria feito pelo valor necessário para adquiri-los ou liquidá-los, respectivamente, **na data ou período das demonstrações contábeis**.

II) Valor realizável. Os ativos e passivos são mantidos pelos valores em caixa ou equivalentes de caixa, os quais seriam necessários para adquiri-los ou liquidá-los,

respectivamente, de forma ordenada e no curso normal das operações da entidade.

III) Valor presente. Os ativos são mantidos pelo valor presente, descontado do fluxo futuro de entrada líquida de caixa o qual se espera que seja gerado pelo item no curso normal das operações da Entidade. Os passivos são mantidos pelo valor presente, descontado do fluxo futuro de saída líquida de caixa que se espera que seja necessário para liquidar o passivo no curso normal das operações da Entidade;

IV) Valor justo. É o valor pelo qual um ativo pode ser trocado, ou um passivo liquidado, entre partes conhecedoras, dispostas a isso, **em uma transação sem favorecimentos**; e

V)Atualização monetária. Os efeitos da alteração do poder aquisitivo da moeda nacional devem ser reconhecidos nos registros contábeis mediante o ajustamento da expressão formal dos valores dos componentes patrimoniais. A atualização monetária não representa nova avaliação.

PRINCÍPIO DA COMPETÊNCIA:

Determina que os efeitos das transações e outros eventos sejam reconhecidos nos períodos a que se referem, **independentemente do recebimento ou pagamento**.

PRINCÍPIO DA PRUDÊNCIA:

Este Princípio determina a adoção do menor valor para os componentes do ATIVO e do maior para os do PASSIVO, sempre que se apresentem alternativas igualmente válidas para a quantificação das mutações patrimoniais que alterem o patrimônio líquido.

Tome nota: segundo o CPC 00, a característica prudência (conservadorismo) foi também retirada da condição de aspecto da representação fidedigna por ser inconsistente com a neutralidade. Subavaliações de ativos e superavaliações de passivos, segundo os Boards mencionam nas Bases para Conclusões, com consequentes registros de desempenhos posteriores inflados, são incompatíveis com a informação que pretende ser neutra

Questionário de Revisão

Sem respostas:

1) Qual é o objeto da contabilidade?
2) Apenas as entidades econômicas estão dentro do campo de atuação da contabilidade?
3) O que seria Premissa Subjacente?
4) O que seria "materialidade"?
5) Em contabilidade, quais são os limites da formalidade?

Com respostas:

1) Qual é o objeto da contabilidade?
   O patrimônio.
2) Apenas as entidades econômicas estão dentro do campo de atuação da contabilidade?
   Não. As entidades sociais, mesmo não tendo como objetivo o lucro, estão dentro do campo de atuação da contabilidade.
3) O que seria Premissa Subjacente?
   Segundo o item 4.1 do CPC 00, "as demonstrações contábeis normalmente são elaboradas tendo como premissa que a entidade está em atividade (*going concern assumption*) e irá manter-se em operação por um futuro previsível. Desse modo, parte-se do pressuposto de que a entidade não tem a intenção, nem tampouco a necessidade, de entrar em processo de liquidação ou de reduzir materialmente a escala de suas operações. Por outro lado, se essa intenção ou necessidade existir, as demonstrações contábeis podem ter que ser elaboradas em bases diferentes e, nesse caso, a base de

elaboração utilizada deve ser divulgada".

4) O que seria "materialidade"?

A materialidade está relacionada ao tamanho do item, devendo ser levados em consideração o peso que este item tem dentro do patrimônio da entidade e as consequências de sua omissão ou de erro em seu lançamento.

5) Em contabilidade, quais são os limites da formalidade?

Cuidado com isso. Em contabilidade, nem tudo que parece é! Na aplicação dos Princípios de Contabilidade há situações concretas e a essência das transações deve prevalecer sobre seus aspectos formais. Eis o famoso jargão "essência sobre a forma".

Análise das Questões

Conceitos inicias de Contabilidade Geral (objeto, objetivo, finalidade e funções da contabilidade, princípios de contabilidade e tópicos iniciais da estrutura conceitual).

Vamos à nossa única questão sobre princípios de contabilidade...

1. (2013 – AFR-ICMS-SP) ---Princípios de Contabilidade

O Princípio

I. da Entidade estabelece que o patrimônio pertence à entidade e que não se confunde com o patrimônio dos seus sócios ou proprietários.

II. da Continuidade pressupõe que a Entidade continuará em operação no futuro e, portanto, a mensuração e a apresentação dos componentes do patrimônio não precisam levar em conta esta circunstância.

III. do Registro pelo Valor Original determina que os componentes do patrimônio devem ser inicialmente registrados pelos valores originais das transações, expressos em moeda nacional.

IV. da Competência determina que os efeitos das transações e outros eventos sejam reconhecidos nos períodos em que ocorrem os respectivos recebimentos ou pagamentos.

Está correto o que se afirma em

a) I, II e III, apenas.
b) II e IV, apenas.
c) I, II e IV, apenas.
d) I e III, apenas.
e) I, II, III e IV.
Gabarito: D

Questão bem tranquila, cobra apenas a literalidade dos princípios...

O item II está errado quando diz "a mensuração e a apresentação dos componentes do patrimônio não precisam levar em conta esta circunstância", porque se a entidade tiver a intenção ou necessidade de entrar em liquidação, as demonstrações contábeis terão que ser preparadas numa base diferente e, nesse caso, tal base deverá ser divulgada. A continuidade da entidade influencia o valor econômico dos seus ativos e, em muitos casos, o valor e o vencimento de seus passivos.

O item IV está flagrantemente equivocado porque o princípio da competência diz exatamente o contrário: considera as receitas realizadas e as despesas incorridas no período da ocorrência de seus fatos geradores, independentemente de seu recebimento (receitas) ou pagamento (custos ou despesas).

Os demais itens não merecem retoques. Gabarito letra D.

Vamos às demais questões...

2. (2012 – AFTM-ISS-SP)

Sobre a Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-financeiro, considere:

I. As autoridades tributárias podem determinar exigências específicas para atender a seus próprios interesses e, consequentemente, mudar a estrutura conceitual para elaboração e divulgação de relatório contábil-financeiro de propósito geral.

II. A avaliação da administração da entidade quanto à responsabilidade que lhe tenha sido conferida e quanto à qualidade de seu desempenho e de sua prestação de contas é uma das necessidades comuns da maioria dos usuários dos relatórios contábil-financeiros de propósito geral.

III. O regime de competência retrata com propriedade os efeitos de transações e outros eventos e circunstâncias sobre os recursos econômicos e reivindicações da entidade que reporta a informação nos períodos em que ditos efeitos são produzidos.

IV. Comparabilidade é a característica qualitativa que define o uso dos mesmos métodos para os mesmos itens, tanto de um período para outro, considerando a mesma entidade que reporta a informação, quanto para um único período entre entidades.

Está correto o que se afirma APENAS em

a) II, III e IV.
b) I e II.
c) II e III.
d) III e IV.
e) I, II e III.

Gabarito: C

Percebam como essas questões conceituais cobram a literalidade das normas, não tem muito como fugir disso.

O Item I torna-se incorreto quando diz que "as **autoridades tributárias podem** determinar exigências específicas para atender a seus próprios interesses e, consequentemente, **mudar** a estrutura conceitual para elaboração e divulgação de relatório contábil-financeiro de propósito geral". Essa afirma contradiz o disposto na introdução do CPC 00: "[...]Essas exigências (das autoridades tributárias), no entanto, **não devem afetar as demonstrações contábeis** elaboradas segundo esta Estrutura Conceitual".

O erro do item IV está na confusão que examinador tenta fazer entre Comparabilidade e Consistência, que são coisas distintas. Segundo o QC22 do CPC 00 (R1), "Consistência, embora esteja relacionada com a comparabilidade, **não significa o mesmo**. Consistência refere-se ao **uso dos mesmos métodos** para os mesmos itens, **tanto de um período para outro** considerando a mesma entidade que reporta a informação, **quanto para um único período entre entidades**. Comparabilidade é o objetivo; a consistência auxilia a alcançar esse objetivo".

Os demais itens não apresentam erro, portanto, gabarito letra C.

Em frente...

3. (2013 – AFR-ICMS-SP)

O auditor externo, ao avaliar as demonstrações contábeis da empresa Saracura farmacêuticos S.A., solicitou que as provisões para créditos de liquidação duvidosa fossem constituídas de forma conservadora, incluindo todos os créditos vencidos há mais de 60 dias. O procedimento foi adotado em decorrência de a empresa estar com bons resultados e apresentar posição mais conservadora, resguardando a administração e a auditoria. Nesse caso, a estrutura conceitual vigente

a) está sendo atendida, pois contempla a característica da prudência, requisito básico para elaboração de uma demonstração contábil fidedigna.
b) não está sendo atendida, uma vez que para reconhecer os créditos vencidos há mais de 60 dias, a empresa tem a obrigatoriedade de efetuar a cobrança judicialmente para só posteriormente realizar a provisão.
c) está sendo atendida, pois ela faculta a apresentação das demonstrações contábeis considerando a característica da prudência.
d) não está sendo atendida, pois ela não permite a apresentação de uma demonstração fidedigna e que seja consistente com a neutralidade.
e) está sendo atendida, desde que sejam justificados os motivos que levaram à adoção do procedimento, em nota explicativa, e quantificados seus efeitos.
Gabarito: ANULADA

Questão anulada pela banca.

O gabarito provisório dessa questão era a alternativa C, mas a questões foi anulada por afronta à estrutura conceitual da contabilidade, que não permite essas "constituições conservadoras", por mácula à Representação Fidedigna. Vide QC12 do CPC00 (R1):

> "QC12. Os relatórios contábil-financeiros representam um fenômeno econômico em palavras e números. Para ser útil, a informação contábil-financeira não tem só que representar um fenômeno relevante, mas tem também que representar com fidedignidade o fenômeno que se propõe representar. Para ser representação perfeitamente fidedigna, a realidade retratada precisa ter três atributos. Ela tem que ser completa, neutra e livre de erro. É claro, a perfeição é rara, se de fato alcançável. O objetivo é maximizar referidos atributos na extensão que seja possível."

Acentua ainda o referido CPC, em seu prefácio, que:

> "A característica **prudência (conservadorismo)** foi também retirada da condição de aspecto da representação fidedigna por ser **inconsistente com a neutralidade**. Subavaliações de ativos e superavaliações de passivos, segundo os Boards mencionam nas Bases para Conclusões, com consequentes registros de desempenhos posteriores inflados, são incompatíveis com a informação que pretende ser neutra". [grifo nosso]

Portanto, a questão não apresenta alternativa válida.

Sigam-me os bons...

4. (2009 – AFR-ICMS-SP)

A empresa Empreendimentos S.A. atua no seguimento da construção civil exclusivamente na construção de agências bancárias. Nesse mercado a inadimplência é próxima de zero em decorrência do setor ser bastante forte. Com o objetivo de ampliar seus negócios, a empresa passou a atuar, no último ano, no seguimento de casas populares, em que o ganho é maior e o risco de inadimplência, também. O faturamento nesse primeiro ano representou 2% do total. A empresa deve divulgar essa informação por ser

a) material e permitir a avaliação do patrimônio líquido.
b) neutra e não modificar a análise do usuário.
c) essencial para o encerramento das demonstrações contábeis.
d) direcionadora para tomada de decisões a favor da empresa.
e) relevante e afetar a avaliação de riscos e oportunidades.

Gabarito: E

Essa questão foi feita à luz do CPC 00 em sua primeira "edição", que foi publicada em 14 de março de 2018, e traz conceitos sobre Relevância, que era uma das quatro *Características Qualitativas das Demonstrações Contábeis.*

Conforme dispões o item 26 do CPC 00: "*Para serem úteis, as informações devem ser relevantes às necessidades dos usuários na tomada de decisões. As informações são relevantes quando podem influenciar as decisões econômicas dos usuários, ajudando-os a avaliar o impacto de eventos passados, presentes ou futuros ou confirmando ou corrigindo as suas avaliações anteriores*."

Regra geral, a relevância depende da materialidade, o que estaria descartada em relação à nova linha de atuação da empresa Empreendimentos S.A., que teria um faturamento de apenas 2% do total da empresa. No entanto, a própria norma excepciona esta regra, como se vê no item 29 do CPC 00:

> "[...] Em alguns casos, a natureza das informações, por si só, é suficiente para determinar a sua relevância. Por exemplo, reportar um **novo segmento** em que a entidade tenha passado a operar **poderá afetar a avaliação dos riscos e oportunidades** com que a entidade se depara, independentemente da materialidade dos resultados atingidos pelo novo segmento no período abrangido pelas demonstrações contábeis." [grifos nossos]

Portanto, apesar de imaterial, o novo segmento é relevante, pois afetará a tomada de decisão, e deverá ser divulgado pela empresa. Gabarito letra E.

Considerações Finais

Chegamos ao final desse nosso primeiro relatório do Passo Estratégico para Auditor Fiscal do ICMS-GO.

É preciso entender que estamos diante de assuntos de muita importância para o estudo da Ciência Contábil. Por isso, prestem bastante atenção nesses assuntos e não deixem de revisar esses pontos.

As questões trazidas neste relatório servem apenas como exemplo, por isso encorajamos que vocês arregacem as mangas e pratiquem bastante. Fazer o máximo de questões possível vai aproximar vocês da excelência.

Por hoje é só!

Luis Eduardo e Rafael Barbosa

"Sempre lembre que você é mais corajoso do que pensa, mais forte do que parece e mais esperto do que acredita".

- Christopher Robin -

Análise Estatística: FCC – Últimos 5 anos – Área Fiscal

Considerando as provas objetivas dos últimos 5 anos da FCC:

ASSUNTO	Qtds de concursos que previram a disciplina Contabilidade Geral e Avançada	Qtde de concursos que previram o assunto no edital	% de incidência do assunto no edital da disciplina
Princípios fundamentais de contabilidade (aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC - por meio da Resolução do CFC nº 750/1993, atualizada pela Resolução CFC nº 1.282/2010).	8	8	100,00%
Conceitos inicias de Contabilidade Geral (objeto, objetivo, finalidade e funções da contabilidade, princípios de contabilidade e tópicos iniciais da estrutura conceitual).	8	6	75,00%

Tabela 1

ASSUNTO	Qtde de concursos que previram o assunto no edital	Qtde de concursos que efetivamente cobraram o assunto em prova	% de incidência do assunto nas provas da banca
Princípios fundamentais de contabilidade (aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC - por meio da Resolução do CFC nº 750/1993, atualizada pela Resolução CFC nº 1.282/2010).	8	1	12,50%
Conceitos inicias de Contabilidade Geral (objeto, objetivo, finalidade	6	3	50,00%

e funções da contabilidade, princípios de contabilidade e tópicos iniciais da estrutura conceitual).			

Tabela 2

ASSUNTO	Total de questões das provas de Contabilidade Geral e Avançada	Total de questões em que o assunto foi abordado	% de incidência do assunto no total de questões da disciplina
Princípios fundamentais de contabilidade (aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC - por meio da Resolução do CFC nº 750/1993, atualizada pela Resolução CFC nº 1.282/2010).	148	1	0,67%
Conceitos inicias de Contabilidade Geral (objeto, objetivo, finalidade e funções da contabilidade, princípios de contabilidade e tópicos iniciais da estrutura conceitual).	148	3	2,02%

Tabela 3

Assunto: *Princípios fundamentais de contabilidade (aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC - por meio da Resolução do CFC nº 750/1993, atualizada pela Resolução CFC nº 1.282/2010).*
Tabela 1: de todos os editais da FCC (área fiscal) que trouxeram a Contabilidade Geral e Avançada, em **100%** dos casos havia a cobrança do assunto.
Tabela 2: quando o edital pedia o assunto no conteúdo programático da disciplina, o mesmo foi cobrado nas respectivas provas em **12,5%** dos casos.

Tabela 3: de todas as questões de Contabilidade Geral e Avançada da FCC (área fiscal) nos últimos 5 anos, o assunto foi cobrado em **0,67%** do total de questões.

Assunto: *Conceitos inicias de Contabilidade Geral (objeto, objetivo, finalidade e funções da contabilidade, princípios de contabilidade e tópicos iniciais da estrutura conceitual).*
Tabela 1: de todos os editais da FCC (área fiscal) que trouxeram a Contabilidade Geral e Avançada, em **100%** dos casos havia a cobrança do assunto.
Tabela 2: quando o edital pedia o assunto no conteúdo programático da disciplina, o mesmo foi cobrado nas respectivas provas em **50%** dos casos.
Tabela 3: de todas as questões de Contabilidade Geral e Avançada da FCC (área fiscal) nos últimos 5 anos, o assunto foi cobrado em **2,02%** do total de questões.

Análise Estatística: ICMS-GO – Últimos 10 anos

Especificamente para o cargo de Auditor Fiscal do ICMS-GO, a FCC cobrou o assunto nos últimos 10 anos conforme a seguir:

Atenção! Seção prejudicada, tendo em vista que o último concurso para Auditor Fiscal do ICMS-GO ocorreu há 14 anos (2004) e foi organizado pela Universidade Estadual de Goiás (UEG).

ASSUNTO	Qtds de concursos p/ Auditor Fiscal do ICMS-GO que previram a disciplina Contabilidade Geral e Avançada	Qtde de concursos p/ Auditor Fiscal do ICMS-GO que previram o assunto no edital	% de incidência do assunto no edital da disciplina
Princípios fundamentais de contabilidade (aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC - por meio da Resolução do CFC nº 750/1993, atualizada pela Resolução CFC nº 1.282/2010).	0	0	N/A
Conceitos inicias de Contabilidade Geral (objeto, objetivo, finalidade e funções da contabilidade, princípios de contabilidade e tópicos iniciais da estrutura conceitual).	0	0	N/A

Tabela 4

ASSUNTO	Qtde de concursos que previram o assunto no edital	Qtde de concursos que efetivamente cobraram o assunto em prova	% de incidência do assunto nas provas da banca
Princípios fundamentais de contabilidade (aprovados pelo Conselho	0	0	N/A

Federal de Contabilidade - CFC - por meio da Resolução do CFC nº 750/1993, atualizada pela Resolução CFC nº 1.282/2010).			
Conceitos inicias de Contabilidade Geral (objeto, objetivo, finalidade e funções da contabilidade, princípios de contabilidade e tópicos iniciais da estrutura conceitual).	0	0	N/A

Tabela 5

Conclusão da Análise Estatística

Apesar da importância dos temas abordados neste relatório, podemos perceber que esses assuntos são pouco cobrados pela FCC, quase não são vistos em provas.

No entanto, não podemos deixar de reconhecer que esses assuntos são a base para o bom entendimento da Ciência Contábil, por isso não podemos deixar de estudá-los.

Lista de Questões

1. (2013 – AFR-ICMS-SP)

O Princípio

I. da Entidade estabelece que o patrimônio pertence à entidade e que não se confunde com o patrimônio dos seus sócios ou proprietários.

II. da Continuidade pressupõe que a Entidade continuará em operação no futuro e, portanto, a mensuração e a apresentação dos componentes do patrimônio não precisam levar em conta esta circunstância.

III. do Registro pelo Valor Original determina que os componentes do patrimônio devem ser inicialmente registrados pelos valores originais das transações, expressos em moeda nacional.

IV. da Competência determina que os efeitos das transações e outros eventos sejam reconhecidos nos períodos em que ocorrem os respectivos recebimentos ou pagamentos.

Está correto o que se afirma em

a) I, II e III, apenas.

b) II e IV, apenas.

c) I, II e IV, apenas.

d) I e III, apenas.

e) I, II, III e IV.

2. (2012 – AFTM-ISS-SP)

Sobre a Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-financeiro, considere:

I. As autoridades tributárias podem determinar exigências específicas para atender a seus próprios interesses e, consequentemente, mudar a estrutura conceitual para elaboração e divulgação de relatório contábil-financeiro de propósito geral.

II. A avaliação da administração da entidade quanto à responsabilidade que lhe tenha sido conferida e quanto à qualidade de seu desempenho e de sua prestação de contas é uma das necessidades comuns da maioria dos usuários dos relatórios contábil-financeiros de propósito geral.

III. O regime de competência retrata com propriedade os efeitos de transações e outros eventos e circunstâncias sobre os recursos econômicos e reivindicações da entidade que reporta a informação nos períodos em que ditos efeitos são produzidos.

IV. Comparabilidade é a característica qualitativa que define o uso dos mesmos métodos para os mesmos itens, tanto de um período para outro, considerando a mesma entidade que reporta a informação, quanto para um único período entre entidades.
Está correto o que se afirma APENAS em

a) II, III e IV.
b) I e II.
c) II e III.
d) III e IV.
e) I, II e III.

3. (2013 – AFR-ICMS-SP)

O auditor externo, ao avaliar as demonstrações contábeis da empresa Saracura farmacêuticos S.A., solicitou que as provisões para créditos de liquidação duvidosa fossem constituídas de forma conservadora,

incluindo todos os créditos vencidos há mais de 60 dias. O procedimento foi adotado em decorrência de a empresa estar com bons resultados e apresentar posição mais conservadora, resguardando a administração e a auditoria. Nesse caso, a estrutura conceitual vigente

a) está sendo atendida, pois contempla a característica da prudência, requisito básico para elaboração de uma demonstração contábil fidedigna.
b) não está sendo atendida, uma vez que para reconhecer os créditos vencidos há mais de 60 dias, a empresa tem a obrigatoriedade de efetuar a cobrança judicialmente para só posteriormente realizar a provisão.
c) está sendo atendida, pois ela faculta a apresentação das demonstrações contábeis considerando a característica da prudência.
d) não está sendo atendida, pois ela não permite a apresentação de uma demonstração fidedigna e que seja consistente com a neutralidade.
e) está sendo atendida, desde que sejam justificados os motivos que levaram à adoção do procedimento, em nota explicativa, e quantificados seus efeitos.

4. (2009 – AFR-ICMS-SP)

A empresa Empreendimentos S.A. atua no seguimento da construção civil exclusivamente na construção de agências bancárias. Nesse mercado a inadimplência é próxima de zero em decorrência do setor ser bastante forte. Com o objetivo de ampliar seus negócios, a empresa passou a atuar, no último ano, no seguimento de casas populares, em que o ganho é maior e o risco de inadimplência, também. O faturamento nesse primeiro ano representou 2% do total. A empresa deve divulgar essa informação por ser

a) material e permitir a avaliação do patrimônio líquido.

b) neutra e não modificar a análise do usuário.

c) essencial para o encerramento das demonstrações contábeis.

d) direcionadora para tomada de decisões a favor da empresa.

e) relevante e afetar a avaliação de riscos e oportunidades.

Gabarito

1 – D

2 – C

3 – ANULADA

4 – E

ESSA LEI TODO MUNDO CONHECE:
PIRATARIA É CRIME.

Mas é sempre bom revisar o porquê e como você pode ser prejudicado com essa prática.

1. 

Professor investe seu tempo para elaborar os cursos e o site os coloca à venda.

2. 

Pirata divulga ilicitamente (grupos de rateio), utilizando-se do anonimato, nomes falsos ou laranjas (geralmente o pirata se anuncia como formador de "grupos solidários" de rateio que não visam lucro).

3. 

Pirata cria alunos fake praticando falsidade ideológica, comprando cursos do site em nome de pessoas aleatórias (usando nome, CPF, endereço e telefone de terceiros sem autorização).

4. 

Pirata compra, muitas vezes, clonando cartões de crédito (por vezes o sistema anti-fraude não consegue identificar o golpe a tempo).

5. 

Pirata fere os Termos de Uso, adultera as aulas e retira a identificação dos arquivos PDF (justamente porque a atividade é ilegal e ele não quer que seus fakes sejam identificados).

6. 

Pirata revende as aulas protegidas por direitos autorais, praticando concorrência desleal e em flagrante desrespeito à Lei de Direitos Autorais (Lei 9.610/98).

7. 

Concurseiro(a) desinformado participa de rateio, achando que nada disso está acontecendo e esperando se tornar servidor público para exigir o cumprimento das leis.

8. 

O professor que elaborou o curso não ganha nada, o site não recebe nada, e a pessoa que praticou todos os ilícitos anteriores (pirata) fica com o lucro.



Deixando de lado esse mar de sujeira, aproveitamos para agradecer a todos que adquirem os cursos honestamente e permitem que o site continue existindo.